



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 165/XIII/4.ª SL

Aos 26 dias do mês de fevereiro de 2019, pelas 16.30 horas, reuniu na sala 8 do Palácio de S. Bento a Comissão de Defesa Nacional, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 163 e 164/XIII/4.ª SL;
2. Nova apreciação na generalidade da seguinte iniciativa legislativa: [Projeto de Lei n.º 1009/XIII/4.ª /BE](#) - Regula o direito de Associação do Pessoal da Polícia Marítima (1.ª alteração à Lei n.º 9/2008, de 19 de fevereiro);
3. Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Miranda Calha (PS), foram submetidas a apreciação as atas n.ºs 163 e 164/XIII/4.ª SL, tendo sido aprovadas por unanimidade.

O Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) pediu então a palavra para solicitar o adiamento da nova apreciação na generalidade do [Projeto de Lei n.º 1009/XIII/4.ª /BE](#) - Regula o direito de Associação do Pessoal da Polícia Marítima (1.ª alteração à Lei n.º 9/2008, de 19 de fevereiro)-, uma vez que a Associação Sócio-Profissional da Polícia Marítima pediu uma audiência à Comissão no âmbito da consulta pública que decorreu entretanto. Propôs igualmente que a audiência ocorresse nas duas semanas seguintes e que fosse concedido um prazo de mais uma semana para que os Grupos Parlamentares, se assim o entenderem, apresentassem propostas de alteração no sentido de ser aprovado pela Comissão um texto de substituição a ser votado pelo Plenário.

Intervieram de seguida os Senhores Deputados Jorge Machado (PCP), João Rebelo (CDS-PP) e Ascenso Simões (PS), tendo ficado acordado que audiência da Associação Sócio-Profissional da Polícia Marítima teria lugar entre os dias 12 e 15 de março.

O Senhor Vice-Presidente recordou que no dia seguinte às 11 horas, a Comissão procederia à audição do presidente da Comissão Liquidatária da EMPORDEF, João Pedro Martins, e recordou



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ainda que no dia 1 de Março uma delegação da Comissão receberia às 16 horas a Secretária-Geral Adjunta da NATO , Rose Gottemoeller.

Finalmente, informou que tinha baixado à Comissão por conexão o Projeto de Lei n.º 1129/XIII/4ª - Autoriza o Laboratório Militar a produzir medicamentos em falta nas farmácias por razões imputáveis à indústria (décima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto) - sendo competente a Comissão de Saúde. Atendendo à matéria em causa foi deliberado emitir parecer a enviar à Comissão de Saúde, tendo o GP PSD ficado de indicar o respetivo relator.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Vice-Presidente declarou encerrada a reunião - eram 7H10 horas -, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de fevereiro de 2019

O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(MIRANDA CALHA)